



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 30/01/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Trabalhadores levam 2,8 anos a mais para se aposentar após reforma

Os segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) estão levando, em média, 2,8 anos a mais para conseguir se aposentar após a aprovação da reforma da Previdência. O adicional é maior para os homens (3,5 anos) e menor no caso das mulheres (2 anos).

Os dados foram retratados em estudo do então Ministério do Trabalho e Previdência sob a gestão de Jair Bolsonaro (PL).

O trabalho comparou dados de 2021, os mais recentes disponíveis, com o quadro observado em 2019, último ano de vigência das regras antigas. A referência usada é a idade do segurado na data de início do benefício.

O objetivo dos técnicos era estimar os primeiros efeitos da reforma sobre a idade média de aposentadoria, variável considerada peça-chave para a maior sustentabilidade do RGPS (Regime Geral de Previdência Social).

Quanto maior é essa idade, mais tempo o trabalhador contribui para sua aposentadoria, gerando receitas ao INSS. Conseqüentemente, ele fica menos tempo recebendo o benefício, o que reduz a despesa futura do governo.

Segundo os resultados, a idade média de aposentadoria dos homens passou de 58,7 para 62,2 anos entre 2019 e 2021. Entre as mulheres, o patamar passou de 57,3 para 59,3 anos. Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 30 de janeiro.

### Idosa receberá pensão de salário mínimo após passar 72 anos em condição análoga à escravidão

A Justiça do Trabalho determinou, em caráter liminar, o pagamento de uma pensão mensal no valor de um salário mínimo (R\$ 1.302) para a idosa que passou 72 anos em situação análoga à escravidão no Rio de Janeiro. A mulher negra, de 86 anos, que teve a identidade preservada, foi resgatada após uma denúncia anônima, em março de 2022.

A reportagem não localizou os acusados e o MPT-RJ (Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro) também não informou o nome do advogado que representa a família. Mas, segundo o auditor fiscal do trabalho Alexandre Lyra, a família justificou que os serviços domésticos não eram trabalho, mas uma colaboração voluntária no âmbito familiar.

Esse é o caso mais longo de exploração registrado no Brasil, desde o início do registro histórico em 1995, segundo o órgão. Nos últimos 27 anos, foram feitos mais de 58 mil resgates.

Segundo o MPT, a idosa trabalhou para a mesma família, por três gerações, sem receber qualquer salário ou direitos trabalhistas – férias, 13º, FGTS, PIS.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 28 de janeiro.

### Trabalho escravo: a difícil jornada depois do resgate

O primeiro piquenique na companhia das irmãs, cunhados e sobrinhos, a primeira visita a uma livraria, a primeira vez no Museu da Língua Portuguesa. A primeira peça de roupa jeans, as primeiras tranças nos cabelos, a primeira dança —ao som de Blitz.

Aos 51 anos, Thawanna Mendes tem vivido uma série de primeiras vezes, acumuladas desde que tomou coragem e, também pela primeira vez, pediu ajuda em um hospital. Vivia desde a adolescência em uma casa, onde trabalhava sem registro e sem direitos. Somente quando se viu internada é que a ficha começou a cair.

O percurso até o fio de esperança ao qual se agarrou foi cheio de altos e baixos. Os primeiros seis meses, diz, foram piores. Por diversas vezes, quis voltar, quis se desculpar. "Sentia como se eles [a rede de assistência social e o MPT] estivessem destruindo minha vida, mesmo tendo sido eu quem pediu ajuda."

Agora, mais de um ano depois do resgate, Thawanna faz planos para o futuro. Quer, assim como a escritora Carolina Maria de Jesus, mulher negra a quem tanto admira, escrever para dar voz a outras meninas e mulheres que passam ou passaram pelo mesmo sofrimento.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 29 de janeiro.

## Preço médio da gasolina nos postos fica estável apesar de reajuste, diz ANP

A pesquisa semanal de preços dos combustíveis da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) ainda não detectou repasses do reajuste de 7,4% promovido pela Petrobras em suas refinarias na quarta-feira (25), o primeiro aumento após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a pesquisa semanal da ANP, o produto foi vendido pelo valor médio de R\$ 4,97 por litro na semana passada, praticamente o mesmo patamar verificado na semana anterior.

A pesquisa, porém, concentra a busca em postos nos primeiros dias da semana, o que pode explicar a percepção de que não houve repasse. Donos de postos consultados pela Folha afirmaram que os repasses foram imediatos.

O aumento foi dado antes da nomeação do indicado de Lula à presidência da Petrobras, Jean Paul Prates, que ocorreu na quinta (26). Foi criticado por sindicatos como uma medida para agradar acionistas antes da mudança de gestão.

Prates já anunciou que pretende rever a política de preços da companhia, sob o argumento de que a maior parte dos combustíveis consumidos no país é produzido em refinarias brasileiras.

Nesta sexta (26), foi cobrado por sindicatos a agilizar a mudança.

A política atual utiliza o conceito de paridade de importação, que simula quanto custaria para trazer os produtos do exterior.

Na terça (24), a Petrobras disse que o reajuste acompanhava a evolução das cotações internacionais do petróleo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 28 de janeiro.

## Entenda as propostas de reforma tributária que estão paradas no Congresso

A simplificação da tributação sobre o consumo está no centro da primeira fase da reforma tributária, que o governo pretende enviar ao Congresso ainda neste semestre. Segundo declarações recentes do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o texto pretende se basear em duas propostas de emenda à Constituição (PEC) em tramitação no Congresso, e o governo poderá acrescentar ou retirar alguns pontos.

As duas propostas reúnem diversos tributos que hoje incidem sobre o consumo em menos tributos. A divergência está no número de tributos unificados e na forma como ocorrerá a fusão.

Saiba mais em: A Tribuna, domingo 29 de janeiro.

## Famílias e empresas pagaram juros mais altos em 2022, diz BC

As famílias e as empresas pagaram taxas de juros mais altas em dezembro do ano passado, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas hoje (27) pelo Banco Central (BC).

A taxa média de juros para pessoas físicas no crédito livre chegou a 55,8% ao ano, elevação de 10,8 pontos percentuais (p.p.) no ano, com destaque para o aumento em crédito pessoal consignado (+5,1 p.p.).

Nas contratações com empresas, a taxa livre cresceu 3,4 ponto percentual ao ano, alcançando 23,1% ao ano. O destaque ficou para as elevações em capital de giro de longo prazo (+2,9 p.p.) e desconto de duplicatas e recebíveis (+4 p.p.).

Com isso, a taxa média de juros das concessões de crédito livre teve alta de 8,2 p.p. nos últimos 12 meses e chegou a 42% ao ano em dezembro.

No crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes.

Já o crédito direcionado, que tem regras definidas pelo governo, é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 28 de janeiro.